

**O SR. EDGARD AMORIM (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um operário morre em Minas, vítima da repressão policial. É esta a trágica comunicação e a grave denúncia que hoje trago a esta Casa. Benedito Gonçalves, metalúrgico, morreu ontem em Divinópolis, em consequência do esmagamento cerebral de que foi vítima há oito dias, quando foi brutal e covardemente atingido por golpe de enorme e pesado cassetete, desferido por um dos soldados da Polícia Militar do Estado, que investia violentamente contra um grupo de metalúrgicos grevistas nas imediações de uma das usinas da cidade. Antes, a pancadaria em cima das professoras e dos empregados da Prefeitura de Belo Horizonte. Há menos de um mês — no primeiro dia de greve dos operários da construção civil — tombava nas ruas de Belo Horizonte um outro trabalhador, vítima fatal de um tiro também partido de forças policiais.

Não há, Sr. Presidente, como afastar a responsabilidade do Governador de Minas por tais mortes e violências. Das duas, uma: ou elas são consequência da escalada da repressão no Estado, num esquema urdido dentro e fora de Minas, para aumentar a falta de sustentação de seu Governo, e, neste caso, havendo perdido o controle e a autoridade sobre as forças policiais e repressivas que atuam no Estado, competia-lhe denunciar tal fato ao povo mineiro e à Nação; ou conserva esta autoridade, e, neste caso, já deveria ter dado severas ordens para pôr um basta a tais violências policiais, inclusive promovendo, sem subterfúgios e limpa-mente, a apuração da responsabilidade por aquelas violências e pela morte do primeiro operário.

O que Minas não aceita, o que a Nação repudia, o que os trabalhadores denunciam é que, na propalada "briga do Francelino", quem morra seja o operário indefeso que luta por melhores salários, para afastar a fome que ronda ou já está instalada na sua casa.

**O SR. MODESTO DA SILVEIRA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputado, o projeto de anistia, que mobiliza a Nação brasileira nesta hora e recoloca os olhos do mundo civilizado sobre nós, impõe-nos a grandeza de nossa humildade historicamente necessária, se quisermos estar à altura da hora presente. Não se trata de pertencermos a uma ou outra das organizações partidárias impostas pelo regime: trata-se de sabermos, como representantes do povo, o que a Nação exige de nós.

Há um grave, profundo e necessário anseio pela pacificação de todos os brasileiros em sua marcha pela democratização do País. E, quando falamos em democratização, significa não apenas o respeito às aspirações de todas as minorias, mas o seu direito de acesso aos meios que dignificam o homem, como sua livre participação a todas as esferas de poder. A Nação anseia por pacificação com democracia plena, sem os organismos repressivos, arbitrários, montados à sua revelia, com o objetivo nítido de tutelá-la, tangê-la ou violentá-la em favor de grupelhos minoritários, sobretudo internacionais, que vêm convertendo essa imensa e rica Nação em uma multidão de produtores sem acesso a um mínimo consumo que mantenha a dignidade humana.

Estas questões econômicas não estão desligadas do projeto de anistia do governo dos generais. Mas vamos especificamente a ele. Não resiste a uma simples análise de lógica na sua conceituação, como salientou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no unânime acolhimento ao excelente trabalho do seu Relator, o Dr. Paulo Sepúlveda Pertence, e Presidente, o eminente jurista Dr. Eduardo Seabra Fagundes. Na verdade, o dado elementar do "conceito de anistia" converte o projeto do Executivo apenas num verdadeiro indulto coletivo, na medida em que cria iniquidades clamorosas, impedindo a anistia a cidadãos que se encontram exatamente na mesma situação fática e jurídica de outros que serão anistiados. Pior ainda, alguns que praticaram atos mais drásticos estarão anistiados, desde que não se tenham deixado apanhar ou não tenham ainda sido julgados.

A anistia, como todas as leis que se prezam e que mereçam este nome, caracteriza-se pela sua objetividade. Não é pessoal, nem pode constituir-se em privilégios para ninguém. Ela deve fazer apagar o delito, assim definido pelos conceitos indiscutíveis do que seja crime sempre baseado na teoria, do "animus", da vontade do agente. Por isso é que inúmeros brasileiros que praticaram os mesmos delitos dos hoje apelidados "terroristas" foram anistiados em todos os tempos. Pegaram em armas, seqüestraram e destruíram bens e propriedades, feriram e mataram inúmeros cidadãos civis indefesos, mas foram anistiados pelo mesmo conceito da vontade do agente. É o caso, por exemplo, de centenas de ex-Ministros, Oficiais Gerais e até de ex-Presidentes da República. Só para citar alguns dos mais recentes, podemos lembrar o General e ex-Presidente Gaspar Dutra, o General e ex-Ministro Juarez Távora, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o próprio pai do atual General João Baptista Figueiredo, General Euclides Figueiredo. São poucas dezenas de jovens idealistas que praticaram muito menos do que esses ilustres generais anistiados a ficarem excluídos. Pou-

cas dezenas, mas que estão convencendo a Nação, até pelo desespero de sua greve autodestruidora, que os atuais governantes não desejam a pacificação. Esse malsinado projeto teve o cuidado de, já no § 1.º do art. 1.º, garantir a anistia aos torturadores e assassinos de presos e indefesos, garantindo-os e premiando-os com uma conexão de crime político de qualquer natureza.

Outro aspecto relevante, que engrandecerá os atuais governantes e os redimirá perante a História, será a reintegração de todos os servidores civis e militares aos seus quadros, como se nada houvesse ocorrido contra eles até a presente data. E, enfim, a democratização, sem qualquer forma de discriminação, de todos os serviços públicos nacionais, inclusive de nossas Forças Armadas, o que anseia o nosso povo.

Se dúvida houvesse, de que este é o desejo claro da Nação, certamente os detentores do poder democratizariam todo o sistema eleitoral ou convocaria a Nação para um plebiscito sobre assunto de tal magnitude. Mas o Legislativo, no que resta de significativo de representante do povo brasileiro, certamente há de estar à altura do momento presente, contribuindo para pacificar a nossa Nação, a partir da concessão de uma anistia ampla, geral e irrestrita, passo fundamental e necessário para a democratização do nosso País.

**V — O SR. PRESIDENTE (Ari Kfuri)** — Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. Paulo Lustosa.

**O SR. PAULO LUSTOSA (ARENA — CE. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma economia se move fundamentalmente em função da natureza das expectativas geradas e da credibilidade dos mentores dessa mesma política. A mudança ministerial que se processou semana passada e as possíveis alterações das diretrizes desta nova política econômica que já começou a se esboçar geram na comunidade brasileira um novo clima. Um clima que, pelo menos, afasta a opção recessiva. A opção recessiva para controle da inflação geraria não só limitações profundas e tensões sociais maiores, porque não poderia criar o volume de empregos que a sociedade brasileira ora demanda, mas poderia conduzir a própria economia nacional a caminhos de um processo mais acelerado de desnacionalização ou, por outra, se não de desnacionalização, de uma participação muito mais ampla do Estado na economia privada do País. Porém esse clima não deve ser nem de euforia irresponsável nem tampouco, como se pretendia conduzir anteriormente, de um pessimismo inibidor. Assim coloco porque há razões sérias para que não haja esses excessos: de que as coisas já mudaram substancialmente e porque sei das dimensões e da natureza das nossas dificuldades. Enfrentamos sérios problemas.

Temos diante de nós graves distorções e contradições e nos aguardam duros desafios, problemas urgentes, como as demandas sociais contidas e emergentes, derivadas do acúmulo de desemprego e do subemprego, derivadas da deterioração dos salários e do poder de compra dos trabalhadores, que se manifestam através dos movimentos reivindicatórios naturais, justos e legítimos, não só em decorrência desta hora de abertura política, mas fundamentalmente pela natureza, validade e fundamento lógico dessas demandas. E encarar esses problemas, nesta hora, encará-los com seriedade e responsabilidade, representa o instrumento maior para minimizar as tensões e diminuir as instabilidades tanto no campo político-social quanto no econômico. A crise energética, que pode reduzir inclusive as nossas possibilidades de crescimento e de alcance dos objetivos maiores da sociedade brasileira, a dívida externa, que hoje já compromete 1/4 do produto bruto do País, ao lado da inflação, ainda crescente, são problemas que não nos podem mover de imediato a embarcar num sentimento altamente eufórico, excessivamente otimista, que pode, inclusive, criar distorções na nossa visão e na condução da política econômica nacional. Porém, de outra maneira, se queremos analisar com certa isenção de ânimo, também devemos exorcizar as visões pessimistas, visões que muitas vezes não se propõem sequer a um exame mais apurado de alguns dados relevantes. Dados como o potencial maior de recursos neste País, dados com a estrutura econômica já bastante evoluída e desenvolvida, e um dado mais relevante, os grandes e graves problemas que criam restrições ao crescimento brasileiro, são questões interdependentes. A alteração bem sucedida num desses problemas poderá efetivamente conduzir ao encaminhamento dos demais. Assim, bastaria dizer que, se a política energética fosse conduzida de forma eficiente, ágil, de forma adequada, poderíamos minimizar as tensões sobre o balanço de pagamentos do País e, dessa forma, reduzir o potencial da inflação importada e consequentemente diminuir a aceleração dos preços a nível do País. Mas é fundamental encarmos que as distorções acumuladas, os problemas gerados exigem hoje não somente pequenos realinhamentos, pequenas mudanças, mas um exame mais aprofundado das grandes prioridades. Fundamental será examinar que um crescimento apoiado exclusivamente no estímulo que o setor externo possa garantir ao País, ou um crescimento apoiado tão-